

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve realizar, durante o primeiro semestre de 2020, uma série de seminários tratando de técnicas de combate à corrupção aplicadas pelo mundo. A ideia é reunir representantes de instituições globais que atuam no combate à corrupção com autoridades brasileiras, visando o compartilhamento e aprofundamento de experiências exitosas. À princípio, estão sendo chamados o ministro da Justiça, Sergio Moro; o procurador-geral da República, Augusto Aras; o ministro da Transparência e controlador-geral da União, Wagner Rosário; e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin.

Entre as autoridades estrangeiras, estão sendo convidados Apostolos Zampounidis, diretor da Divisão Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o economista dinamarquês Gert Svendsen, que tem vários livros publicados tratando de regulamentação do lobby, legislação e o fenômeno da corrupção em todo o mundo; além de representantes a serem indicados pela ONG Transparência Internacional, pelo Conselho da International Anti-Corruption Conference (IACC) e pelo Banco Mundial.

A iniciativa partiu do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que teve seu requerimento aprovado nesta quinta-feira (12) na CRE. Para ele, o fenômeno da corrupção tem se agravado.

— A corrupção é um mal arraigado na sociedade brasileira. Não importa a idade, a classe social ou se na área pública ou privada, há sempre algumas pessoas corruptas, dispostas a driblarem a lei e obterem vantagens indevidas. E isso só vem piorando. Segundo a Transparência Internacional, instituição que desde 1995 mede a corrupção no mundo, na última pesquisa o Brasil teve sua pior colocação no Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Enquanto em 2008 ocupávamos a 80ª colocação, em 2018 passamos para 105ª — disse o senador.

Para Marcos do Val, apesar de esforços recentes no combate à corrupção no Brasil, "o problema permanece grave e sem perspectivas de solução". Ele entende que os seminários da CRE podem dar uma contribuição efetiva visando "diminuir a corrupção endêmica instalada no Brasil", a partir da troca de experiências entre as autoridades e especialistas internacionais, com as autoridades brasileiras ligadas ao combate à esta prática no Brasil.

**Fonte:** Agência Senado, em 12.12.2019